

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

REQUERIMENTO Nº DE 2021

(Do Sr. Deputado Paulo Ganime)

Apresentação: 19/10/2021 16:30 - CCTCI

REQ n.130/2021

Requer aditamento ao Requerimento nº 125/2021 CCTCI para inclusão de convidados na audiência pública para discutir o PL 1354/2021, que “altera o MCI, com a finalidade de criar estímulo à pluralidade e diversidade de notícias, assegurar medidas de proteção ao jornalismo nacional e combate às fake news, para adotar política de tratamento não discriminatório das empresas de mídia de jornais, revistas, rádio e televisão legalmente instituídas bem como para criar mecanismos de equanimidade, pluralidade e diversidade de conteúdo na internet”.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 117, inciso VIII, 255 e 256, do Regimento Interno desta Casa, em aditamento ao REQ nº 125/2021 CCTCI, que solicita a “realização de Audiência Pública, para debater o PL 1354/2021, que “altera o MCI, com a finalidade de criar estímulo à pluralidade e diversidade de notícias, assegurar medidas de proteção ao jornalismo nacional e combate às fake news, para adotar política de tratamento não discriminatório das empresas de mídia de jornais, revistas, rádio e televisão legalmente instituídas bem como para criar mecanismos de equanimidade, pluralidade e diversidade de conteúdo na internet””, para que também sejam convidados para compor os debates:

1. **Raul Echeberia:** Associação Latino-Americana de Internet;
2. **Cris Camargo:** Interactive Advertising Bureau - Brasil;



3. **Representante da Câmara Brasileira de Economia Digital – camara-e.net;**
4. **Marco Antonio Sabino** – Instituto Liberdade Digital;
5. **Professor Dr. Fabrício Polido** – Especialista em direitos autorais e professor da Universidade Federal de Minas Gerais.

JUSTIFICAÇÃO

O PL 1354/2021, de autoria do nobre Deputado Denis Bezerra, pretende alterar o Marco Civil da Internet - MCI, a fim de “criar estímulo à pluralidade e diversidade de notícias, assegurar medidas de proteção ao jornalismo nacional e combate às fake news, para adotar política de tratamento não discriminatório das empresas de mídia de jornais, revistas, rádio e televisão legalmente constituídas bem como para criar mecanismos de equanimidade, pluralidade e diversidade de conteúdo na internet”.

A proposta endereça questões importantes e que possuem grande impacto para as empresas do setor e, sobretudo, para os usuários. Na prática, o texto impõe às plataformas digitais que disponibilizam conteúdo noticioso obrigações relacionadas à remuneração e à diversidade do conteúdo disponibilizado.

Tais disposições podem trazer diversas consequências para as atividades desenvolvidas pelos provedores de aplicações e, conseqüentemente, para todos os usuários. Por isso, é indispensável que as medidas propostas sejam amplamente debatidas com integrantes do setor e representantes da sociedade civil, de modo que se busque a construção de uma solução democrática e adequada às especificidades do setor e às necessidades dos usuários.

Sala das Sessões, 19 de outubro de 2021.

Deputado Paulo Ganime

